



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos.

CORPOS TRANS NA NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO

SILVANA MARINHO¹

Resumo: Trata-se de uma reflexão teórica articulada a uma pesquisa empírica sobre identidade de gênero e trabalho contemporâneo no contexto da mundialização do capital. A partir de uma perspectiva feminista e crítico-dialética, o artigo busca examinar como pessoas trans se inscrevem na nova morfologia do trabalho, na sua face brasileira, mediatizada pelas relações patriarcais de gênero.

Palavras-chave: Trabalho contemporâneo; Pessoas trans; Mundialização do capital; Relações patriarcais de gênero.

Abstract: It is a theoretical reflection articulated to an empirical research on gender identity and contemporary work in the context of the globalization of capital. From a feminist and critical-dialectical perspective, the article seeks to examine how trans people subscribe to the new morphology of work, in its Brazilian face, mediated by patriarchal gender relations

Keywords: Contemporary work; Trans people; Globalization of capital; Gender patriarchal relations.

INTRODUÇÃO

A partir dos anos de 1970, com a crise global do capitalismo mundial, profundas transformações ocorreram desde os processos de trabalho, aos hábitos de consumo, às realidades geográficas e geopolíticas, aos poderes do Estado, à divisão internacional do trabalho, bem como no que se refere à relação do Estado com a sociedade civil. De acordo com Harvey (1992), tais mudanças expressaram um novo regime de acumulação denominado acumulação flexível, não mais sob o curso da internacionalização do capital industrial, mas sob a financeirização da economia no contexto da mundialização do capital.

Dos rebatimentos mais significados da nova acumulação capitalista e suas mudanças produtivas no mundo do trabalho, podemos elencar um elevado contingente excedente de força de trabalho; formas de trabalho flexível como o trabalho terceirizado, precarizado, parcial, temporário, por conta-própria etc; além de novos signos de degradação do trabalho, como o trabalho virtual e informacional². Todas essas novas formas que o trabalho contemporâneo

¹ Estudante de Pós-Graduação. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <marinho.silvana@gmail.com>

² Conforme Ricardo Antunes e Ruy Braga (2009).

assume incidem nas condições de vida da classe trabalhadora, o que nos interpela a pensar sobre o grau e as faces dos seus efeitos quando se interseccionam a cor/raça/etnia, a idade e o gênero dessa classe trabalhadora.

No que diz respeito às análises acerca da mundialização do capital com uma perspectiva de gênero, Helena Hirata (2009; 2010) chama a atenção de que são raros os estudos que se debruçam sobre esse assunto. Na maioria dos estudos do campo da sociologia do trabalho, no Brasil e no mundo, o recorte de gênero está ausente das esferas do capitalismo globalizante, sendo as mulheres desvalorizadas enquanto atores econômicos, apesar da existência de estudos feministas significativos sobre esse tema.

A esse vácuo investigativo, pode ser somada a relação entre diversidade de gênero e trabalho. A diversidade de gênero, apesar de não ser uma realidade nova, não estava posta no debate dos estudos de gênero de décadas anteriores como tema teórico e político. Trata-se de uma pauta política e um campo de estudos que, em sintonia com os processos de lutas de pessoas trans nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, vem ganhando expressão mais recentemente e se espraiando no campo acadêmico, configurando-se como um tema contemporâneo.

Quando falamos em pessoas trans³ estamos nos referindo aquelas que vivenciam uma identidade ou expressão de gênero divergente das expectativas sociais atribuídas a elas em razão de seu nascimento: pessoas transgêneras, travestis e transexuais (dentre essas, desdobram-se ainda a identidade de homens trans e mulheres trans).

A despeito da crescente visibilidade das identidades trans na cena política, na mídia, no debate das políticas públicas e nos estudos acadêmicos, e, inobstante a tematização *identidades trans e trabalho* ter importância sociológica, ela se apresenta como uma discussão bastante diminuta numericamente na bibliografia brasileira, sobretudo na sociologia do trabalho, conforme Almeida (2014) sinaliza.

Assim também, com a realização de um estado da arte do tema *trabalho e pessoas trans* na pós-graduação brasileira, com recorte para as juventudes trans em especial, Marinho (2017) e Marinho e Almeida (2017) verificaram que, além de ser pouco expressivo este tema, quando estudado, aparece mais significativamente com uma agenda de estudos que tem versado a respeito de culturas e sociabilidades trans; prostituição e trajetórias escolares; representações de gênero; abordagens no terreno socioantropológico e estudos etnográficos para a análise das vivências trans. Concluem os/as autores/as que, embora esses estudos apresentem contribuições científicas relevantes, fica ausente, muitas vezes, uma dimensão de análise a partir da classe social. A perspectiva de gênero como construção social, como uma categoria histórica e relacional, e mesmo como relação de poder, aparece na maioria dos estudos, todavia distante da reflexão de que essas relações se dão numa sociedade capitalista, perdendo-se, por vezes, a articulação com a base material das relações sociais. Já os estudos da sociologia do trabalho têm tido lacunas ao abordar a classe trabalhadora sem intersecção com os marcadores sociais.

³ O termo *trans* é aqui utilizado relativamente à própria forma êmica com a qual tem se expressado no ativismo, no movimento social e na academia. Ele auxilia a aglutinar as vivências no terreno das relações e dos pertencimentos de gênero não normativo.

Diante destas lacunas, a partir de um propósito acadêmico-científico, social e político, este artigo intenciona renovar o olhar para o mundo do trabalho e as relações de gênero, uma vez que essas relações, com as identidades trans, têm hoje um espectro mais alargado, superando o que os binarismos de gênero inscrevem na teia social.

Nossa preocupação analítica ergue-se pelo entendimento de que o presente debate não pode prescindir de um exame crítico-dialético da sociabilidade burguesa e patriarcal produtora e reprodutora de desigualdades sociais. Aprendemos com Marx (2005) que a sociabilidade burguesa é constituída por relações sociais coisificadas e desumanizadas, produzidas e determinadas pelo capitalismo: um modo de produção e reprodução da vida social. Com Saffioti (2004; 2013), socióloga brasileira, importante feminista marxista, é possível refletir que o patriarcado também opera como determinação social na realidade junto com o capitalismo, sendo, pois, tomados como um sistema de dominação-exploração.

Na compreensão da feminista marxista, as *relações (patriarcais) de gênero* são estruturantes das relações sociais desiguais da sociedade brasileira junto com a classe social e a cor/raça/etnia, como um *nó*, revelando a *simbiose entre capitalismo, patriarcado e racismo*. A ideologia patriarcal inscreve uma estrutura de poder e dominação masculina, subordinando o feminino, e, por extensão, as identidades que irrompem as fronteiras de gênero. O patriarcado apresenta-se como uma máquina em funcionamento, uma força institucional que se capilariza nas relações sociais, impregnando práticas sociais, instituições sociais e modos de ser e de pensar. Nas palavras de Saffioti (2004, p. 127) “as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado”.

A face conservadora da sociedade brasileira, cuja formação social tem a marca do escravismo e do patriarcado e cuja formação histórico-política tem o estatuto de ex-colônia, agudiza ideologias opressoras de gênero, raça/etnia, classe. O machismo, o sexismo e o sistema patriarcal operam como mola propulsora dos binarismos de gênero e da herenormatividade. Sob essas ideologias, o corpo trans, seja ele assumindo uma gramática corporal masculina ou feminina, por escapar dos padrões de gênero e por afrontarem o patriarcado (o *status quo* da dominação-exploração masculina), sofre a transfobia.

Com esta introdutória exposição teórico-conceitual, este artigo discorrerá sobre identidade de gênero e trabalho contemporâneo no contexto da mundialização do capital, procurando examinar como pessoas trans se inscrevem na nova morfologia do trabalho. Sua reflexão está assentada, fundamentalmente, em alguns dos resultados de uma pesquisa empírica, de natureza qualitativa e exploratória, realizada no âmbito do mestrado acadêmico sobre jovens trans e o mundo do trabalho. Apesar do recorte às juventudes na reflexão da pesquisa em referência – que implicou uma análise crítica e sociológica para o aspecto geracional, o que não será o propósito de discussão deste artigo – ela, justamente pela natureza exploratória, ajudou a iluminar, de modo mais amplo, como tem sido tanto a inserção quanto a permanência laboral de pessoas trans (seja a identidade travesti, como também a de mulher transexual e de homem transexual).

Portanto, dela, se abriram muitas sendas de análise, sendo possível identificar que as trajetórias de trabalho de pessoas trans, conquanto destoa-se a trajetória da identidade travesti das similaridades observadas entre as trajetórias das pessoas transexuais, ambas se inscrevem no cenário da nova morfologia do trabalho com particularidades, pois estão ainda mais expostas à precarização, à informalização, à degradação e à produtividade, sob o signo da transfobia, em razão do mundo do trabalho também funcionar a partir da engrenagem da máquina patriarcal.

Diante dessa paisagem laboral e das suas possibilidades analíticas, guardados os limites de discussão no escopo deste artigo, nossa intenção é a de tirar proveito da natureza exploratória da pesquisa e apresentar alguns aspectos desses flagrantes que trazem elementos para ilustrar os efeitos da nova morfologia do trabalho em suas trajetórias e a mediação com as relações patriarcais de gênero.

A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO FACE À MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A CENA ATUAL BRASILEIRA

Na nova morfologia do trabalho produzida a partir da reestruturação produtiva desde os anos de 1970, ganharam proeminência a *degradação* do trabalho, a *informalização* e a *precarização*. Ricardo Antunes e Graça Druck (2014) afirmam que vivemos hoje a corrosão do trabalho regulamentado, substituído pelas diversas formas de trabalho flexível. No cenário atual do trabalho, a informalização, que antes era exceção, hoje é a regra; a precarização se constitui como o centro da dinâmica do capitalismo flexível; e a terceirização se torna a tendência das formas de compra e venda da força de trabalho.

O processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil – cuja industrialização se desenvolveu sob os modelos taylorista e fordista, desde os anos de 1930 – ocorreu mais intensamente nos anos de 1990. De acordo com Antunes (2011, p. 126), na particularidade brasileira, há uma mescla nítida entre elementos do fordismo, que ainda encontra vigência acentuada, e elementos oriundos das novas formas de acumulação flexível.

A mundialização do capital tem impactos no mundo do trabalho e nas políticas sociais. Concordando com Harvey (2011, p.14-16), a ofensiva neoliberal capitalista foi uma resposta à crise de 1970 e expressa um projeto de classe. Um projeto que impõe a era da globalização, da flexibilização dos empregos, da privatização dos serviços sociais, do encolhimento do Estado no que tange à intervenção social e do enxugamento dos gastos públicos e sociais. Na particularidade brasileira, a provisão social passou a se orientar pelo trinômio *privatização-focalização-descentralização* do ideário neoliberal, que se materializou mais fortemente na segunda metade dos anos de 1990, com Fernando Henrique Cardoso, sob *contrarreformas* do Estado (BEHRING, 2008).

A contrarreforma do Estado brasileiro dessa década foi parte do processo de crise do capital dos anos de 1970, inserindo-se no movimento geral de concentração e centralização de capital. Combinadas às contrarreformas, a sociedade brasileira passou por privatizações e reformas

legislativas. Tratou-se de um momento na história do Brasil de implementação de políticas neoliberais e de governança autoritária, pois se governava por mecanismos legislativos que refletissem a nova relação entre Estado, mercado e sociedade civil em prol dos interesses neoliberais do grande capital internacional no País (BEHRING, 2008).

O cenário atual brasileiro vem sofrendo novamente essa agenda com intensidade, uma agenda ultraneoliberal e entreguista ao capital internacional. As principais contrarreformas em curso, a trabalhista (Lei Ordinária 13467/2017) e a previdenciária (PEC 287/2016), vêm atingindo um edifício já frágil de direitos nesse campo.

Isso porque, a sociedade brasileira, de capitalismo estruturalmente dependente e periférico⁴, se inscreve no processo que Antunes (2006, p. 48) denomina de “precarização estrutural do trabalho”. Nesse processo, os capitais globais exigem o desmonte da legislação social protetora do trabalho com a flexibilização dos direitos trabalhistas, forçando os governos nacionais a se ajustarem à fase da acumulação flexível.

Na atual ofensiva neoliberal contra a classe trabalhadora, havemos de nos perguntar quem é que mais sofre seus efeitos. Não é novidade que são os segmentos mais oprimidos e explorados os mais atingidos, como as pessoas negras, mulheres, jovens, LGBT, especialmente pessoas trans. No Dossiê “A Geografia dos Corpos Trans”, da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil, afirma-se que apenas 10% da população trans se encontra no mercado formal de trabalho e 90% na informalidade e prostituição pelo preconceito que se apresenta no mercado de trabalho⁵.

Ademais, o contexto de crise do capital enseja projetos societários em disputa e nos vemos no seio do avanço de reações conservadoras em suas diversas faces, cada vez mais agudizadas. Não à toa, o Brasil é o protagonista de um dado alarmante divulgado recentemente pela pesquisa da rede europeia *Transgender Europe* (TGEU), qual seja, que é o país que mais mata pessoas trans no mundo.

O quadro atual de ameaças reais aos direitos, já conquistados, de mulheres, jovens, negros/as e LGBTs expressa a radicalização da questão social e impõe sérios desafios aos padrões mínimos de justiça social na nossa sociedade brasileira, ainda que saibamos, conforme Coutinho (1997), que cidadania e democracia se chocam com a lógica do capital.

CORPOS TRANS NO MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

A produção de estudos e pesquisas que tratem da participação de pessoas trans no mercado de trabalho (inserção e permanência), como já patenteado aqui, é ainda diminuta. Porém, já vem demonstrando que essa população conforma, em evidência, ocupações no *setor de serviços*

⁴ Na divisão internacional capitalista do trabalho, o Brasil se inscreve como uma nação periférica, dependente, subdesenvolvida. Como afirma Oliveira (2003), o subdesenvolvimento é uma singularidade histórica brasileira. Afinal, como ex-colônia, ao passar pelo desenvolvimento capitalista transformou-se em periferia, cumprindo a função histórica de fornecer elementos para a acumulação de capital no centro.

⁵ Cf: http://redetransbrasil.org/uploads/7/9/8/9/79897862/redetransbrasil_dossier_1.pdf. Acesso em março/2018.

(*telemarketing*, beleza, alimentos etc), além da inserção como profissionais do sexo, sobretudo aquela mais pobre, negra, sem escolarização e, geralmente, expulsa de casa quando jovem.

A pesquisa empírica que dá base às reflexões deste artigo corrobora a esse quadro ocupacional. À luz de uma perspectiva marxista e feminista, a pesquisa baseou-se em trabalho de campo, em observação participante e sistemática, em dados secundários macrossociais, além da etnografia como recurso metodológico, a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas⁶, em profundidade, com quatro jovens trans, de 20 a 29 anos, circunscritos/as no território fluminense, a saber: dois jovens homens brancos transexuais, uma jovem mulher negra transexual e uma jovem negra travesti.

Diante desse universo plural pesquisado, sem recorte a uma determinada identidade de gênero, contemplando a identidade travesti, a de homem transexual e a de mulher transexual, a pesquisa, quanto à tipologia, constituiu-se como *exploratória* de caráter *descritivo*. Eduardo Mourão Vasconcelos (2002, p. 158) explica que esse tipo de pesquisa se refere a uma natureza temática com foco amplo e aberto para a investigação de fenômenos ou realidades sociais pouco conhecidas, estudadas e/ou sistematizadas, como também passíveis de várias perspectivas de interpretação (teórica, cultural, histórica).

As análises foram tecidas combinando-se as fontes primárias (através de suas narrativas) e secundárias (por meio da análise de indicadores sociais de gênero, cor/raça e trabalho publicados por órgãos de pesquisa), sob a abordagem de uma *pesquisa qualitativa*, justamente por ter como fundamento o reconhecimento da existência de um vínculo dinâmico e indissociável entre o mundo objetivo e subjetivo. Minayo (2004) esclarece que o objetivo das ciências sociais é essencialmente qualitativo já que a realidade é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva. A pesquisa qualitativa se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças e valores, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2004, p. 22).

Em vista da sua abordagem qualitativa, foi realizada uma pesquisa de campo tendo como fontes, instrumentos e recursos de pesquisa o levantamento bibliográfico, a observação sistemática e participante, a entrevista semiestruturada e o diário de campo.

Com base no nosso envolvimento com a realidade empírica, desde a vivência acadêmica nos estudos de gênero, à prática profissional com pessoas trans e às andanças nos espaços de controle e participação social, utilizamos a estratégia da *observação participante*. Segundo Vasconcelos (2002, p. 218-219) essa estratégia requer uma relação mais aproximada e mais íntima com a situação investigada. Levando-se ainda em consideração que a pesquisa se referiu a temas sociais complexos que envolvem pertencimentos identitários e elementos subjetivos e culturais, exigiu, como o autor acima destaca, um(a)

⁶ A propósito da ética em pesquisa, as entrevistas integraram o projeto de uma pesquisa mais ampla do Laboratório Integrado de Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos (LIDIS/UERJ) denominada "Direito ao trabalho e pessoas transexuais", aprovado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa através da Plataforma Brasil, conforme número do parecer 993.185 de 26/01/2015.

investigador(a) não tão externo(a) a tal realidade, pois de outro modo não se conseguiria capturar as nuances do objeto de estudo.

A respeito do desenvolvimento dos instrumentos de pesquisa utilizados para a investigação, a escolha da *entrevista no formato semiestruturada* foi devido à possibilidade de alterações em seu roteiro a partir da interação entre entrevistador(a) e interlocutor(a). Souza *et al.* (2005, p.136) apontam que esta abordagem (qualitativa) permite flexibilidade na troca de informações e a inserção de novos temas trazidos pelxs entrevistadxs, incrementando a análise. O roteiro de entrevista foi empregado como um guia de questões na intenção de dialogar com os objetivos e as hipóteses do estudo, enfocando as experiências biográficas dos sujeitos e suas trajetórias de trabalho, cruzadas com diversos aspectos da vida social.

Vale dizer que, a despeito da pesquisa ter se desenvolvido com quatro histórias, são narrativas, que, acessadas em profundidade⁷, são aproximativas de uma realidade que ainda precisa ser melhor desvelada, mas que já apresentam pistas interessantes.

Da realidade em aproximação, foi possível capturar que o mundo do trabalho para pessoas trans se figura como um *campo minado*, uma expressão êmica surgida durante a pesquisa empírica, cuja denotação é a de que o mundo do trabalho é um campo de minas, e o sentimento constante é o de que, a qualquer momento, alguma mina seja detonada. Afinal, a matriz hegemônica de gênero, na analítica da feminista Heleieth Saffioti, estrutura, junto com a classe social, as relações de produção e reprodução social e, nessa dinâmica, o mundo do trabalho se azeita ao funcionamento da máquina patriarcal.

Precisamente sob o contexto de desconstrução do trabalho, como afirma Antunes (2006), ou de desposseções na expressão de Harvey (2011), bem como da degradação do trabalho em Braverman (1987), a pesquisa flagrou que o **setor de serviços** fica em evidência no contato de pessoas trans com o mundo do trabalho. Seja na busca de um emprego: o **setor de limpeza e o telemarketing** (precário e degradante), como foi o caso das mulheres negras trans pesquisadas, ambas desempregadas e à procura de emprego. Seja nas ocupações atuais dos homens brancos trans pesquisados, a exemplo do **setor de alimentos e da área da educação pública**, com o traço da informalidade e precariedade no primeiro, e da degradação no segundo, uma vez que a racionalidade do capital também penetra nos serviços públicos.

Como já sinalizado, não teremos a pretensão de trazer aqui a totalidade dos resultados da pesquisa, mas sim aqueles que nos chamaram a atenção, como alguns aspectos desses flagrantes nesses quatro ramos de atividades que ajudam a ilustrar os efeitos da nova morfologia do trabalho mediatizada pelas relações patriarcais de gênero.

Começemos, então, rapidamente, a trazer alguns aspectos do setor de limpeza, ocupação desejada pela travesti negra pesquisada, que, apesar de sempre ter sido trabalhadora sexual, no momento da pesquisa, estava sem renda e trabalho, almejando pela primeira vez um emprego formal. No campo dos estudos sobre trabalho feminino, o *trabalho precário* é majoritariamente

⁷ As entrevistas se apresentaram em profundidade não apenas pela sua característica semiestruturada, mas também por terem tido a peculiaridade da ocorrência em locais de trabalho dos/as entrevistados e das suas sociabilidades, produzindo um material extenso (em relação ao tempo de entrevista) e rico em cenários, fomentando a elaboração de diários de campo que compuseram a análise das entrevistas.

feminino, e o setor de limpeza é um dos polos da bipolarização do emprego feminino⁸, um tipo de ocupação de menor prestígio social – na contraposição das carreiras universitárias de maior responsabilidade, prestígios e salários – fundamentalmente por interseccionar a mão de obra feminina com a cor/raça/etnia negra e a baixa escolaridade. Foi apenas neste tipo de ocupação que a travesti pesquisada se viu como trabalhadora, já que, segundo sua narrativa, nunca teve um emprego na vida, não reconhecendo a prostituição⁹ como trabalho, mas como “batalha” (Sic).

Tal relato nos faz pensar a forma com a qual a travesti projeta-se no mundo do trabalho. Vale reconhecermos que entre as identidades trans há uma “pirâmide social das transdiversidades”, e, nela, é a travesti que está na base. Existe uma representação social e científica diferenciada sobre a identidade travesti e a transexual, construída no decurso de uma história recente (nacional e internacional). A travesti é uma identidade da América Latina, constituída como um termo cultural de massa no Brasil para a pessoa que, designada homem ao nascer, adota o gênero feminino (LEITE JR, 2008), e que fora historicamente vinculada à imagem de violência, marginalidade e prostituição. Já o termo transexual, há pouco tempo circulante no Brasil, foi importado dos países da Europa e América do Norte.

Com efeito, essa representação social sobre as travestis exerce forte influência para suas condições concretas de vida. Apesar de não existir informações levantadas sobre as condições socioeconômicas dessas identidades, estudiosas do tema observam variáveis de classe que apontam as travestis como associadas às camadas mais populares e as/os transexuais como pertencentes às camadas médias com maiores recursos financeiros e culturais¹⁰. Na própria pesquisa empírica da qual se extrai alguns dos resultados, a travesti pesquisada era a mais pobre, de território de favela, com baixa escolaridade e inserida numa das ocupações mais degradantes e sem qualquer regulamentação, a prostituição.

Considerando que a pesquisa procurou reconhecer as variáveis de classe das pessoas (jovens) trans, por entender que são as condições concretas de suas vidas que interagem nas tessituras das suas trajetórias de trabalho, a *escolarização* também foi examinada, revelando que um bom nível de escolaridade e a entrada no ensino superior, situação dos/as outros/as três pesquisados/as (pessoas transexuais), não necessariamente significará ascensão social e melhores condições de trabalho. Portanto, a questão da identidade trans se sobressai na condição de trabalhador/a, sendo fatorial para desenhar uma participação no mercado de trabalho sem refletir a escolaridade que possuem.

Cabe, assim, tratarmos da *informalização* nas trajetórias de trabalho, comum ao cenário de trabalho de todo o universo das narrativas examinadas. As suas dificuldades de acesso ao mercado formal de trabalho, inclusive com boa escolaridade e nível superior, têm íntima relação com o fato da constância de um nome civil em seus documentos não condizer com sua aparência social.

⁸ Cf estudos de Helena Hirata (2015) e Cristina Bruschini (2000).

⁹ A prostituição no Brasil, apesar de ser reconhecida como uma ocupação, inclusive com CBO – Classificação Brasileira de Ocupações nº 5198 (profissionais do sexo dentre os/as trabalhadores/as de serviços diversos), não é ainda regulamentada. Há um projeto de lei (4.211/2012) em tramitação na Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que reconhece a prostituição como uma profissão.

¹⁰ Vale a leitura de Larissa Pelúcio (2007).

Na falta de uma lei de identidade de gênero no Brasil¹¹ que regulamente e facilite o direito a sua expressão de gênero, emergiu na pesquisa a necessidade de retificação do registro civil judicialmente¹² como uma questão central para a entrada (e permanência) no mercado de trabalho.

As propostas de trabalho informais na área de serviços atraem-nas, principalmente, pela pouca ou nenhuma exigência de entrega de currículos, apresentação e assinatura de documentos/contratos e pela possibilidade de exercer atividades mais solitárias ou que demandem pouca interação em equipe. Entendem que, desta forma, estarão mais protegidos/as da transfobia, ou, menos expostos/as ao preconceito quando da sua transição de gênero e uso de um nome social. Além dessa dimensão, também se atraem por obterem mais rapidamente uma ocupação e ganhos imediatos. No entanto, relatam longas jornadas sem horas extras e muita intensificação do trabalho.

Sem o nome civil de acordo com seu gênero, acabam por postergar projetos profissionais no trabalho formal, “preferindo” o trabalho informal. Temos aí um paradoxo da proteção, isto é, para se sentirem protegidas dos constrangimentos na apresentação de documentos em processos seletivos, bem como dos xingamentos, perseguições e violências cotidianas do ambiente mais corporativo de trabalho, são levadas ao mercado informal, encontrando-se, por outro lado, desprotegidas do abrigo das leis trabalhistas.

Das narrativas coletadas com a pesquisa, chama muita atenção o relato de um homem trans branco, de 25 anos, que, formado em Administração, e cansado das recusas no mercado formal ao apresentar seus documentos, deu “preferência” pelo trabalho informal nos serviços de alimentos, trabalhando como atendente de *foodtruck*¹³: uma realidade de trabalho informal, precário e degradante, sem direitos trabalhistas, com longas jornadas, polivalência de funções, exposição aos riscos de acidente pela pouca segurança em termos de instalações elétricas e presença de botijões de gás. Ou seja, a “plenitude do trabalho abstrato” (OLIVEIRA, 2003).

Vale lembrar que a reserva de força de trabalho que incorre na informalidade é funcional ao capital. Izabel Lira (2006, p. 134; 139) nos ajuda a refletir que:

o trabalho informal tem seu papel na rede que faz parte do processo de acumulação do capital, de maneira secundária, mas necessária, pois através do rebaixamento dos custos, assegura a manutenção e reprodução de parte do excedente estrutural da força de trabalho. [...] possui como característica uma funcionalidade estratégica ao capital, na medida em que se articula as diversas cadeias produtivas de

¹¹ Já existe uma iniciativa neste sentido que é o Projeto de Lei João Nery (5002/2013) de autoria de Jean Wyllys (Psol/RJ) e Erika Kokay (PT/DF), atualmente na pauta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM).

¹² Em decisão atual, de 1º de março de 2018, o Supremo Tribunal Federal autorizou alteração de nome e sexo para pessoas transexuais, travestis e transgêneros diretamente em cartório. A decisão passa a ter efeito mais recentemente com o Provimento nº 73, de 28 de junho de 2018, da Corregedoria Nacional de Justiça, o qual dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais. Ante a nova decisão, as pessoas trans buscavam a retificação de registro civil judicialmente, considerando a regra geral da Lei nº 6.015/1973, Lei dos Registros Públicos, da imutabilidade ou definitividade do nome civil, estando prevista sua alteração por sentença judicial.

¹³ Cozinha Foodtruck é uma cozinha móvel para a venda de comida de rua considerada de alta gastronomia, que acendeu um potencial de lucros para empresários brasileiros, já que é algo a baixo custo, sem a necessidade de adquirir ponto comercial ou outros encargos, diferentemente de um investimento como em um restaurante.

forma direta através da terceirização, ou indireta na esfera da circulação, de modo a rebaixar cada vez mais os custos da produção.

Destarte, por estarem em trabalhos informais e precários, estão ainda mais distantes de se integrarem a uma organização sindical efetiva, conforme reflexão de Ernest Mandel (1982)¹⁴. As entrevistas demonstraram o cenário atual de declínio da força dos sindicatos de modo globalizante, e também no Brasil, como uma estratégia do capitalismo flexível. Dos/as entrevistados/as que tiveram experiência com carteira assinada, ao tratarmos do assunto, demonstraram distância e desconhecimento, reduzindo a sindicalização a “uma taxa que saía do contracheque uma vez ao ano” (Sic).

Outro aspecto que se julga pertinente registrar é a dificuldade de permanência no trabalho, para além do acesso. Curioso é que, neste caso, embora o serviço público no imaginário social pareça denotar uma possibilidade de permanecer no trabalho, é justamente a experiência laboral que se toma como referência para esse debate. A busca de uma inserção laboral via concurso público, mesmo que não seja na área de sua formação, é muito procurada por pessoas trans perante a dificuldade de emprego em empresas privadas e pelo aspecto da proteção dos direitos trabalhistas e garantias de estabilidade. Além disso, as normativas sobre o uso do nome social no serviço público são atraentes por equacionarem, pelo menos uma boa parte, os processos de assimilação social de sua identidade de gênero no ambiente de trabalho.

A experiência laboral de outro homem trans pesquisado, branco e de 24 anos, como agente de educação numa escola pública municipal, com efeito, o inseriu em condições de trabalho dentro do estatuto legal. Mas, a *degradação do trabalho* transcende o positivismo da lei. Ao ouvir suas narrativas, várias foram as suas ressalvas quanto ao processo de trabalho, denunciando, por exemplo, que a função em si é muito trabalhosa, exaustiva, com baixa remuneração, além da tensão com a responsabilidade da segurança das crianças.

A educação pública, junto com saúde, trabalho, habitação e assistência social, inscrevem-se no contexto de expansão de setores intermediários da economia, respondendo às demandas de reprodução social da classe trabalhadora e aos conflitos de classe, pela via de políticas sociais, que, de acordo com as leituras de Braverman (1987), estão sob a lógica da racionalização e do controle, própria da esfera produtiva. Portanto, esse homem trans em seu trabalho não escapa da racionalidade do capital por trabalhar no serviço público, e nem mesmo das condições de assalariamento da sociabilidade capitalista.

Vale também ampliarmos o prisma da degradação das condições de trabalho no que toca à questão identitária trans. Este homem trans sofreu, sistematicamente, diversas formas de violência transfóbica em seu local de trabalho, especialmente perpetradas pela direção escolar, mas também nas relações com colegas de trabalho, o que contribuiu para um processo de depressão, tentativas de suicídio e abandono de quinhentos dias do trabalho.

¹⁴ Mandel (1982, p.107) aponta a urgência de uma forte organização sindical da classe operária, que alcance, sobretudo as camadas mais baixas do exército industrial de reserva, que ficam mais submetidas à superexploração. O autor, em diálogo com Rosa Luxemburgo, recupera que não há como desconsiderar a origem social e a composição do exército industrial de reserva ao tratar da urgência de um sindicalismo efetivo.

Ele ouviu da direção escolar que não podia abraçar os/as alunos/as: “a diretora disse que ela podia abraçar porque ela era normal e eu não[...] fui orientado a não ter contato com os alunos, sendo que a minha função é ter contato com os alunos”(Sic).

Portanto, nota-se que a degradação pelo trabalho e pela transfobia, na racionalidade do capital e da máquina patriarcal, também conforma o ambiente laboral no serviço público. Como aqui está se considerando, com base em Saffioti (2004), que o mundo do trabalho se move na engrenagem da máquina patriarcal, inscrita nos processos micro e macrossociais dialeticamente, é possível inferir que o controle do trabalho de pessoas trans tem ainda sua face no controle dos seus corpos e suas expressões de gênero.

Visando concluir o elenco de alguns dos aspectos que se observam na nova morfologia do trabalho mediatizada pelas relações patriarcais de gênero, a pesquisa empírica revelou que, tanto mulheres quanto homens trans, sendo sistematicamente renegadas/os no mercado de trabalho, buscam demonstrar alto desempenho e competência, forjando-se pela *produtividade* que podem oferecer, operando uma forma de se imporem como um corpo empregável e possível de circular no mundo do trabalho.

O serviço no *telemarketing* é aqui tomado como exemplo para ilustrar a relação corpos trans e o signo da produtividade. Estudos da sociologia do trabalho¹⁵ convergem para a evidência de que o *setor de serviços*, especialmente o *telemarketing*, tem sido um grande nicho de ocupação de pessoas LGBT, sobretudo das que dispõem de maior escolarização¹⁶. Elas têm sido absorvidas junto com um percentual expressivo de mulheres, de negros/as e de jovens por postos de trabalho como “teletrabalhadores”, com baixos salários e sob uma constante pressão por produtividade e controle do capital pelos novos modelos de gerência¹⁷. Selma Venco (2006) observou que no referido setor há um interesse da gerência em contratar pessoas LGBT por enxergar produtividade além da média, maior índice de cumprimento de metas e baixos níveis de absenteísmo.

Os resultados da pesquisa corroboram a essas evidências. A busca de emprego no *telemarketing* de nossa entrevistada, uma mulher trans negra de 20 anos, estudante de Contabilidade, para além do contexto de expansão desse setor, pode também ser creditada pelas suas iniciativas de reconhecimento do uso do nome social de pessoas trans (mesmo que de forma isolada, destacando-se a Contax e a Atento) desde o processo seletivo no preenchimento de fichas, ao uso de crachás, permitindo, inclusive, que atendam à clientela ao telefone usando seu nome de preferência. Segundo a entrevistada, “quando você é chamada para a entrevista eles permitem usar o nome social já no processo seletivo, isso dá mais segurança pra gente” (Sic).

Nesse setor encontramos algumas das contradições do mundo do trabalho, pois, ao passo que acolhem, de alguma maneira, as pessoas trans como força de trabalho, é considerado o setor constituído das *formas mais*

¹⁵ Cf. ANTUNES & BRAGA (2009)

¹⁶ Esses estudos demonstram que os postos de trabalho no *telemarketing* requisitam uma boa escolarização e que têm sido procurados por aqueles/as que estão cursando o ensino superior, pois permitem conciliarem os estudos com a jornada de trabalho (4h a 6h diárias) e ajudam os/as trabalhadores/as a pagarem seus estudos.

¹⁷ Sobre o assunto, Braverman (1987), na tradição marxista, foi responsável por tratar das mudanças ocorridas na esfera do processo de trabalho, dando ênfase à questão do controle, sob a forma de gerência, oferecendo um terreno fértil de reflexão sobre novas formas de degradação do trabalho.

degradantes de trabalho. O controle do trabalho, característico do *telemarketing*, também pode influir numa maior tolerância das pessoas trans à frustração, aos insultos e à pressão tão presentes neste setor.

O exemplo do setor de *telemarketing* dialoga os efeitos do exército industrial de reserva, o controle do trabalho e as relações patriarcais de gênero com as condições de existência das pessoas trans, trazendo-nos a reflexão para a docilização e a subordinação¹⁸ desses corpos trans como força de trabalho. Como lembra Harvey (2011, p.55), na contemporaneidade, além da disponibilidade de um exército industrial de reserva, a força de trabalho deve ser flexível, dócil, disciplinada e qualificada, quando for preciso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso deste artigo procurou trazer luz à participação de pessoas trans no mercado de trabalho e às formas com as quais suas corporeidades têm sido apropriadas pela ordem capitalista patriarcal. Debruçando-se sobre alguns dos resultados de uma pesquisa empírica de natureza qualitativa e exploratória, refletiu que os efeitos das novas formas que o trabalho assume na contemporaneidade se agudizam quando o segmento da classe trabalhadora são as pessoas trans, pois estão ainda mais expostas aos signos da *precarização, informalização, degradação e produtividade*, com a particularidade de estarem expostas às violações de direitos, ofensas e constrangimentos em razão de sua expressão de gênero não normativo, ou seja, um conjunto de violências no cotidiano do trabalho que a maioria da classe trabalhadora desconhece.

A discriminação, na expressão da transfobia, obstaculiza a contratação e permanência de pessoas trans em ocupações formais que exijam o reconhecimento de seus direitos trabalhistas, e, quando inseridas no mercado de trabalho, o signo da produtividade se inscreve em seus corpos, tanto por elas mesmas quanto pelo interesse capitalista dialeticamente. Nesse sentido, o lugar social de inferiorização a que foram dispostas as pessoas trans por essa sociedade machista patriarcal, impelem-nas a “mostrarem serviço” para obterem um mínimo de estima e respeito e como estratégias para deixarem as minas intactas no ambiente de trabalho. A estrutura dominação-exploração produz essa subjetividade e a manipula, afinal, o outro lado da história é a captura desses corpos pelo capital e a exposição a trabalhos precários e degradantes.

Saffioti (2013, p. 67), ao tratar da mulher na sociedade de classes, observa como a inferiorização social sobre a mulher é aproveitada pela exploração capitalista, afirmando que pelas desvantagens sociais que gozavam as mulheres, delas é arrancado ao máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos. A partir de uma análise marxista sobre a condição feminina, a socióloga brasileira descortina que na lógica capitalista a

¹⁸ Conforme Braverman (1987), a subordinação da força de trabalho é uma expressão do controle do capital sobre o processo de trabalho diante da separação entre trabalho manual e intelectual.

inferioridade da mulher é também parte integrante da necessidade estrutural do capitalismo.

Desta feita, fazendo-se uma (re)leitura de Heleieth Saffioti (2013), nesta nova realidade em movimento, sob novas determinações sociais, a inferiorização social dos corpos trans passa a compor a dinâmica estrutural do capitalismo. Sejam esses corpos fortemente explorados pelo signo da produtividade, sejam amontoados na massa da força de trabalho sobrando, na informalidade, ou invisíveis nas fileiras do exército industrial de reserva (como aqueles que estão na base da “pirâmide social das transdiversidades”), eles conformarão o todo complexo de acumulação e realização de capital.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G.S. **Direito ao trabalho e pessoas transexuais**: trajetórias e condições de trabalho, relações com a divisão sexual do trabalho e com a generificação das profissões. [Projeto de pesquisa]. Laboratório Integrado de Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos (LIDIS). Rio de Janeiro: ESS/UERJ, 2014.

ANTUNES, R. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M.C. (Orgs). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, São Luiz, MA – FAPEMA, 2006.

_____. BRAGA, R. (Orgs). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____; DRUCK, G. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma**. Desestruturação do Estado e Perda de Direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRUSCHINI, M.C.A; LOMBARDI, M.R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 110, p. 67-104, jul. 2000.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. **Praia Vermelha**, São Paulo, ano, n. 1, p. 145-165, set. 1997.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

_____. **O Enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HIRATA, H. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. In: **XI Journées Internationales de Sociologie du Travail (JIST 2007)**.

“Restructurations, précarisation et valeurs”, Londres, junho 2007. Dossiê Sociologias. Porto Alegre. Ano 11, nº21, jan/jun 2009, p. 24-41

HIRATA, H. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. In: **XI Conferencia Regional sobre la Mujer de America Latina y el Caribe**. Brasília, CEPAL, Julho/2010. Disponível em <<http://www.cepal.org>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

_____. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. In: **Analise** n. 7.

Out/2015. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) – Brasil. Disponível em:

<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>. Acesso em agosto/2017

LEITE JR., J. **Nossos corpos também mudam**: sexo gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIRA, I. C. D. Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In: SILVA, M. O. S.; Yazbek, M.C. (Orgs).

Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Cortez; São Luiz, FAPEMA, 2006.

MANDEL, E. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINHO, S. **Trajetórias em campo minado**: juventudes trans e o mundo do trabalho. 2017. 430 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

_____; ALMEIDA, G.S. Trabalho e juventudes trans: breve retrato do estado da arte de uma década (2006-2016). In: CONGRESSO MUNDOS DE

MULHERES E SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11, 13, 2017. **Anais...** Florianópolis, 2017. Disponível em:

<[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499458769_A RQUIVO_Artigo_EstadoDaArte_TrabeJuventudesTrans.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499458769_A_RQUIVO_Artigo_EstadoDaArte_TrabeJuventudesTrans.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2018.

MARX, K. A mercadoria. **O Capital**. L. I, vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MINAYO, M.C.S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa

social. In: MINAYO, Maria C. de S. (Org.) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PELÚCIO, L. **Nos Nervos, Na Carne, Na Pele**. Uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de Aids. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA E.R. et al. Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos. In: MINAYO M.C.S.; ASSIS S.G.; SOUZA E.R. (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p.133-156.

VASCONCELOS, E.M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

VENCO, S. **Tempos moderníssimos nas engrenagens no telemarketing**. 2006. 302 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.